



CONSÓRCIO DE ECONOMIA
SOCIAL E SOLIDÁRIA
YORK ST JOHN-ERASMUS

Promover os Estudos e as Práticas de Economia Social e Solidária:

Um manual de referência

Meredith, M. & Quiroz Niño, C. (Coords.), Arando, S.,
Coelho, L.S., Silva, M.F. & Villafuerte Pezo, A.M.

Capítulo 8: As Universidades e a promoção de Ecosistemas para o desenvolvimento da Economia Social e Solidária



Com o apoio do programa Erasmus
Mundus da União Europeia



Publicado por:

Consórcio de Economia Social e Solidária
York St John-Erasmus

Versão 1, Setembro 2015

Este projeto (EMA3-372558) foi co-financiado pelo programa
Erasmus Mundus da União Europeia.

ISBN: 978-0-9934407-8-6

(E-book-PDF em Português)

Promover os Estudos e as Práticas de Economia Social e Solidária pelo Consórcio York St. John-Erasmus está licenciado sob uma licença Creative Commons. Atribuição-Não Comercial 4.0. Licença Internacional



www.yorks.ac.uk/socialeconomy

Como citar este trabalho::

Meredith, M. & Quiroz Niño, C. (Coords.), Arando, S., Coelho, L.S., Silva, M.F. & Villafuerte Pezo, A.M. (2015) *Promover os estudos e as práticas da Economia Social e Solidária no Ensino Superior*. York, Consórcio de Economia Social e Solidária York St John-Erasmus.

O conteúdo deste manual não reflete necessariamente as políticas e as visões da Comissão Europeia.



CONSÓRCIO DE ECONOMIA
SOCIAL E SOLIDÁRIA
YORK ST JOHN-ERASMUS

ÍNDICE

1. Introdução

2. Casos práticos

- | | PÁGINA |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|
| 2.1 Universidade de Northampton, Reino Unido | |
| 2.2 TECSOL-UFPEL, Brasil | |
| 2.3 'Connecting Communities' (Ligando Comunidades), Reino Unido | |
| 2.4 Cooperativa Evergreen, USA | |
| 2.5 Instituto de Trabalho e Produção da Universidade Nacional de Cuyo, Argentina | |
| 2.6 Cooperativa de Crédito Changemaker, Universidade de Northampton, Reino Unido | |
| 2.7 Universidade Católica Portuguesa e Programa Spinlogic | |
| 2.8 Universidades e Ecossistemas – Interação entre os sistemas económicos: privado, público e social | |

As Universidades e a promoção de Ecossistemas para o desenvolvimento da Economia Social e Solidária

“As instituições de ensino superior têm uma profunda responsabilidade moral de aumentar a consciência, o conhecimento, as competências e os valores necessários para criar um futuro justo e sustentável”.

(Cortese, 2003)

1. INTRODUÇÃO

Curtis (2015, citando Gosling e Gower, 2012) afirma que os valores das instituições de ensino superior (IES) devem basear-se numa noção de *independência radical*, a de que a organização não deve ser influenciada ou gerida pelos seus financiadores. Não importa se esses financiadores são ou filantropos privados (como nas universidade medievais) ou o Estado (na universidade pública ou nacional), ou os estudantes que pagam as propinas (no novo ambiente “mercantilizado” da educação).

O importante é a noção de proporcionar algo, de forma desinteressada, para o bem do outro e para o bem comum, independentemente de críticas, restrições e limitações externas. A informação e o conhecimento que se gera dentro da universidade pertence a todos e é importante que todas as ideias e decisões estejam abertas a questionamentos, estando para além dos objetivos de lucro dos acionistas. Quando os valores são induzidos, dirigidos ou condicionados pelos investidores, mesmo que a organização se assuma como uma entidade com valores supostamente neutros, estes encontram-se disfarçados sob discursos de “eficiência” e “competitividade”, não deixando espaço para os valores que a própria organização gostaria de adotar (Nixon, 2008)

Curtis (2015) argumenta que a Universidade torna a sociedade mais justa e equitativa, precisamente através dos valores e das decisões dos seus diplomados e de toda a comunidade educativa. O debate sobre os valores volta a centrar-se então no tipo de valores que a Universidade pretende desenvolver nos seus estudantes, nos colaboradores, nos diplomados e, portanto, nos empreendimentos sociais que se criam através destes. O autor sugere que se deveria desenvolver valores de forma que os indivíduos que saem diplomados de uma universidade sejam:

- Co-criativos - dispostos a partilhar conhecimentos e experiências, em vez de se sentir detentor de toda a experiência e de controlo sobre o conhecimento.
- Co-operativos - dispostos a trabalhar em conjunto para benefício mútuo, em vez de procurarem ganhos pessoais à custa da restante sociedade.
- Curiosos - comprometidos com uma atitude de “questionamento” face ao estabelecido.
- Reflexivos - capazes de aplicar as mais robustas técnicas de investigação e de criação de conhecimento disponíveis numa dada situação
- Compassivos - empenhados em mudar a sociedade através de meios pacifistas e democráticos.

PREGUNTAS CHAVE DO CAPÍTULO

Que estratégias para a inovação curricular dos estudos de Economia Social e Solidária resultaram nas diferentes zonas geográficas?

De que forma a Universidade pode liderar e facilitar processos de colaboração multisetorial para o desenvolvimento socioeconómico a nível local?

Que papel pode ter a comunidade universitária na criação de um ecossistema para o desenvolvimento de organizações da Economia Social e Solidária, tanto dentro como fora da Universidade?

Segundo Sorina Antonescu (2015) é importante refletir sobre o papel da Universidade: Historicamente, o papel das instituições de ensino superior tem sido o de fazer face aos problemas dominantes de cada época, sejam religiosos, sociais, culturais, ou relacionados com a ciência. As universidades no seu início também assumiram um papel de procurar respostas para perguntas filosóficas sobre os seres humanos e o seu meio envolvente. Estes esforços centraram-se sempre na busca do conhecimento para uma melhor compreensão do mundo que nos rodeia e do poder dos elementos naturais, numa época em que os avanços tecnológicos ainda estavam no seu advento. O objetivo da erudição não radicava apenas na aquisição de conhecimento mas, sobretudo, procurava alcançar o cerne de um problema e a sua solução (Blewitt e Cullingford, 2004; Cortese, 2003; Lozano, 2011).

Hoje em dia, a abrangência temática é maior do que nunca, com novas disciplinas, campos e áreas de especialização, enriquecendo as propostas das universidades em todos os países. Todavia, não se pode deixar de sentir preocupação quando é visível que o interesse das universidades reside na acumulação de conhecimento, como fim em si mesmo, da mesma forma que a sociedade tem uma sede insaciável de riqueza acumulada, enquadrada por um sistema económico em que o crescimento infinito é a única fonte do bem-estar humano e da erradicação da pobreza (Antonescu, 2015).

As Universidades tendem a auto-replicarem-se, à luz de um pensamento reducionista (ver capítulo 1), que não lhes permite transcender a complexidade do mundo atual, onde, tal como assinala Cortese (2003, p.16), as interações entre as atividades humanas e o meio ambiente, assim como as estratégias, tecnologias e políticas para um futuro justo e ambientalmente sustentável, estão entre as questões mais complexas e interdependentes com as quais a sociedade tem de lidar. Estas questões vão mais além de fronteiras disciplinares. É necessária uma visão e uma abordagem mais holísticas e transdisciplinar que a universidade, como sistema, está obrigada a liderar.

O atual modelo de aprendizagem das universidades carece de um certo grau de colaboração interdisciplinar na sua aprendizagem, ensino e investigação, para poder promover valores e princípios através dos quais os corpos diretivos, os docentes e estudantes de diversas áreas possam desenvolver as competências de agir, de criar relações e de promover soluções interdisciplinares efetivas. O objetivo deveria ser o de estimular, dentro da comunidade universitária a capacidade de pensar e de atuar para a construção de uma sociedade melhor e para ativar mudanças no comportamento de todo o sistema, onde cada ser humano seja capaz de se ver no outro e esteja consciente de que a sua vida é condicionada pela vida do outro e pelo ambiente.

Enquanto a aprendizagem continuar fragmentada e as universidades não se abrirem a novas estratégias de ensino/aprendizagem e aos novos desafios deste tempo, a implementação da colaboração transdisciplinar dentro do curriculum, da investigação e da projeção da universidade continuará ser uma miragem.

Para Cole, uma comunidade universitária sustentável é a que “atua de acordo com as suas responsabilidades locais e globais para proteger e melhorar a saúde e o bem-estar dos seres humanos e dos ecossistemas; que emprega ativamente o conhecimento da comunidade universitária para fazer face aos desafios ecológicos e sociais que enfrentamos agora e no futuro” (2003, p. 30).

Um nível sem precedentes de colaboração intrauniversitária é necessário para iniciar ou fortalecer os esforços que se vêm realizando para a implementação da sustentabilidade do curriculum, da investigação e da extensão universitária. Não há nenhuma forma simples ou diretiva de empreender este processo, no entanto, o caminho já foi iniciado e parece existir um consenso na literatura a esse respeito, que enfatiza a necessidade de uma gestão universitária comprometida e integradora e um sistema eficaz de organização que melhore a comunicação entre docentes, colaboradores e estudantes.



REFERÊNCIAS

- Antonescu, S. (2015) *Sustainability and HE*. York St John University [Internet]. Disponível em <http://www.yorks.ac.uk/erasmus-mundus/social-economy/library-and-resources/sustainability-and-he.aspx> [Consultado em 2 Julho 2015].
- Cortese, A. D. (2003). The critical role of higher education in creating a sustainable future. *Planning for Higher Education*, 31, (3), pp.15-22.
- Curtis, T. (2015) *Changemaker university*. University of Northampton, *Paper* por publicar.
- Nixon, J.. (2008) *Towards the virtuous university*. Abingdon, UK, Routledge.



2. CASOS PRÁTICOS

Em seguida apresentam-se práticas de universidades ou de indivíduos dentro de universidades relacionadas com o apoio à ESS, assim como ao desenvolvimento de ecossistemas nos quais estas práticas possam surgir e ganhar força.

Os exemplos apresentados provêm da Europa, da América do Norte e da América Latina, e tratam de temas como:

- O currículo e a investigação;
- O papel da universidade como elemento chave do desenvolvimento local;
- Os valores subjacentes às ações da universidade como organização com potencial para potenciar uma economia baseada nas pessoas.

CASO PRÁTICO

2.1 UNIVERSIDADE DE NORTHAMPTON: ACREDITADA COMO 'CHANGEMAKER' PELA 'ASHOKA U'

OBJECTIVOS RACIONAIS

- Identificar caminhos estratégicos para a construção de uma cultura de *empreendedorismo* social no ensino superior.
- Refletir sobre a capacidade de uma disciplina temática poder promover a transformação social.
- Compreender a importância da transdisciplinaridade para se alcançarem transformações sociais.

OBJECTIVO EXPERIENCIAL

- Considerar a importância da educação superior na educação para a cidadania, especialmente no que respeita à capacidade de abordar problemas que afetem o seu bem-estar, o das suas comunidades e o da sociedade em geral.

ENQUADRAMENTO

Em fevereiro de 2013, após um período de autoavaliação, auditoria e entrevistas pela *Ashoka U*, a Universidade foi reconhecida como uma das 22 universidades do mundo com enfoque no empreendedorismo e na inovação social. Foi a primeira Universidade no Reino Unido a ser designada como *Campus Changemaker*.

Para ganhar esse estatuto, a universidade teve de demonstrar que tinha um amplo compromisso com os seus alunos, funcionários e direção *para identificar problemas sociais e saber o que fazer para os enfrentar*. Desde sempre focada em criar iniciativas sociais, o objetivo principal transformou-se no desenvolvimento

de nova geração de *solucionadores de problemas*. Talvez os estudantes da universidade não criem empreendimentos sociais, mas empenhar-se-ão em transformar o local onde trabalham, os seus bairros e as suas comunidades. A mudança de terminologia para *Changemaker* reconhece que nem todos na universidade querem começar uma nova organização, além de reconhecer que para se operarem mudanças positivas na sociedade nem sempre se precisa de uma nova empresa ou ONG. Pode-se simplesmente mudar o comportamento das pessoas ou influenciar para a mudança a política e a legislação, promovendo comportamentos baseados nos valores *Ashoka U*.

Valores Changemaker

A Universidade de Northampton baseia-se nos seguintes valores da *Ashoka Changemakers* (adaptados). O objetivo é estabelecer como a aprendizagem e o ensino na universidade apoia e incorpora esses valores nos seus alunos.

- Acreditar que têm a responsabilidade de produzir mudanças positivas na sociedade
- Acreditar que têm o poder e os recursos (tangíveis e intangíveis) para fazer a diferença
- Tomar a iniciativa de trazer mudanças inovadoras, tanto a nível local como mais global
- Trabalhar com os outros para maximizar o impacto, envolvendo-se em grupos e redes
- Conhecer e viver autenticamente de acordo com os seus valores

CONTEÚDO

Em Northampton foi decidido que não seria criado um departamento específico para levar a cabo o programa *Changemaker (CM)*. Para além disso, não houve pessoal responsável por levar a cabo a iniciativa. *CM* foi, pois, uma atividade deliberadamente das bases, desenvolvida com um apoio estratégico

O ponto de partida para todos os estudantes que chegam à universidade é o [Changemaker LifeHack](#). Trata-se de uma ferramenta de diagnóstico rápido que permite aos estudantes refletir acerca das suas paixões e interesses, mostrando-lhes as dezenas de atividades e serviços que a universidade, a associação de estudantes e a comunidade lhes oferecem. Permite-lhes, desta forma, criar um plano de ação personalizado.

Depois, podem-se tomar duas vias curriculares: *Employability+* (Empregabilidade+), para estudantes que queiram desenvolver as suas competências e experiência para a empregabilidade e [Changemaker Certificate](#) ou *Certificado Changemaker* (também aberto a todo o pessoal) que opera para ajudar o participante a focalizar a sua paixão, experiência ou interesse para questões sociais, convertendo-os em eventos e/ou empreendimentos que ofereçam soluções sociais viáveis, sendo que o estudante poderá desenvolver e acompanhar a sua iniciativa durante a sua permanência na universidade. É

- Praticar a empatia, utilizando a imaginação para compreender o mundo do outro sem juízos de valor prévios.

O objetivo é que os graduados da Universidade de Northampton não sejam apenas bons profissionais técnicos, mas que sejam inovadores e capazes de resolver os problemas complexos do mundo real com integridade e compaixão.

Changemaker converteu-se numa série de iniciativas, projetos, empreendimentos, eventos e atividades (conhecidos coletivamente como *ventures* ou *emprendimentos*) desenvolvidos pelos colaboradores e pelos estudantes, com o objetivo de tornar o mundo um lugar melhor.

possível mudar da opção *Employability+* para a *CM Certificate* e vice-versa. Os estudantes podem iniciar o programa quando o desejem e terminá-lo ao licenciarem-se. O certificado de *CM* foi introduzido formalmente na *Semana Changemaker 2015*, tendo rapidamente conseguido mais de 180 participantes, incluindo colaboradores da universidade, estudantes e membros da comunidade.

Um evento e/ou empreendimento *CM* aborda uma “desigualdade, injustiça social, forma de opressão ou privação específica para lá do que é a missão /objetivo da instituição/ grupo e incluindo a voz e o esforço dos que tiram benefício da iniciativa” e cobre um ou mais dos seguintes temas: saúde e bem-estar, segurança e resiliência, sustentabilidade ambiental, alfabetização financeira/inclusão económica ou formação e desenvolvimento contínuo de capacidades e competências. A iniciativa e/ou empreendimento não precisa de ser uma empresa: pode ser um evento, uma atividade, uma manifestação, um protótipo, uma política ou uma mudança de atitude.

Eis aqui alguns exemplos de alunos que receberam o *CM Certificate*, partilhando o seu percurso:

- *Abi* estuda ciências empresariais. Vê como o seu irmão e a sua mãe lutam para entender os trabalhos de casa (TPC), e dá-se conta de que não há nenhum serviço que ligue os pais, as crianças e os professores



no tema dos TPC. Apresenta a ideia do *Homework Hub* (Centro de Trabalhos de Casa), e recebe 500 libras como fundo inicial para continuar a explorar a ideia. Cria então a página *web* do *Homework Hub* e recebe muitíssimo interesse por parte de escolas para que desenvolva e implemente a sua iniciativa. Depois de se licenciar, deverá procurar trabalho e, por isso, *Homework Hub* ficará sem se desenvolver.

- Ahmed a suos. Quiareomaliorías medioia social e solidem grupos e redes ç“é um estudante da Somália. Quer ajudar os seus filhos nos seus TPC de inglês, mas não sabe o que são os “fónicos sintéticos” e como funcionam no idioma árabe. Ahmed idealizou um plano para criar uma página *web* que explique, através do árabe, como funcionam e como podem os pais ajudar os seus filhos e filhas.
- Paul é responsável pela performance ambiental da universidade. Quer reunir estudantes para que trabalhem com os senhorios, para que melhorem o isolamento das suas casas com o fim de reduzir gastos para os estudantes, assim como reduzir a

sua pegada de carbono. Trabalha com a Associação de Estudantes, e com o apoio *Ashoka U* conseguiu 250 000 libras para o projeto *Planet Too*.

Estes são apenas alguns dos muitos estudantes e colaboradores da universidade que trabalham no *CM Certificate* desenvolvendo as suas ideias iniciais e experiências e convertendo-as em soluções a partir de boas práticas de investigação e evidências experimentais que garantam o sucesso.

A ambição do *CM Certificate* é a de envolver todos os estudantes e colaboradores para que explorem e desenvolvam soluções para problemas sociais, convertendo-se assim no maior “canal de inovação social” do Reino Unido. Um passo futuro para implementar essa visão é o da criação de um *Challenge Fund* (Fundo para Desafios) para poder implementar ideias dos alunos, sobretudo depois da licenciatura. Este fundo poderia ser um fundo híbrido constituído através de financiamento e de horas de tutoria de antigos alunos e filantropos. O mais importante é oferecer um ano aos melhores licenciados para que implementem os seus planos.

Desenvolver o programa Changemaker em toda a instituição

Associação de Estudantes

A Semana *Planet Too* apresentou a centenas de novos e antigos estudantes o projeto de sustentabilidade concebido para incrementar atitudes a favor do meio ambiente e reduzir a pegada de carbono dos participantes no projeto.

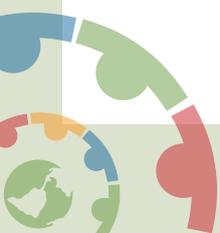
Ciência e Tecnologia

Os estudantes de Ciências Ambientais ofereceram-se como voluntários a uma série de organizações para a conservação da fauna local e obtiveram, além disso, mais experiência para realizar auditorias ambientais em empreendimentos sociais e outros negócios.

Biblioteca e Serviço de Aprendizagem

O departamento da Biblioteca e Serviço de Aprendizagem tem estado a trabalhar com duas organizações de Northampton (*Olympus Care Services* e *Diversity UK*) para oferecer emprego a pessoas que têm lutado para encontrar trabalho. Inicialmente oferecerá uma experiência de trabalho na biblioteca a duas pessoas, uma por cada organização, e espera-se poder ampliar esta iniciativa, se a experiência piloto tiver êxito.

Desde há algum um tempo que se vêm realizando grupos de leitura para organizações em Northampton, incluindo a Associação Cristã de Mulheres Jovens (YWCA nas suas siglas em inglês) e num refúgio para mulheres. Os membros do departamento da



Biblioteca e do Serviço de Aprendizagem coordenam os grupos e estes são apoiados pela comunidade. Também continuam a trabalhar com escolas locais num projeto chamado *Story Seekers* (Buscadores de Histórias), que promove a leitura no ambiente escolar.

Faculdade de Ciências Sociais

O Departamento de Psicologia está a unir-se ao programa *Ashoka U Changemaker* da universidade, oferecendo um novo módulo, em psicologia positiva, com o título “Valores em Ação», para os estudantes do primeiro ano da licenciatura. A área de estudo central do módulo são as virtudes e pontos fortes no carácter. Um dos princípios fundamentais da psicologia positiva é o desenvolvimento de pontos fortes positivos no carácter, de forma a obter o bem-estar. A psicologia positiva contrasta com as estratégias mais tradicionais que procuram abordar a ausência de bem-estar como patologia. Esta metodologia, promovida pelo “Valores em Ação”, encaixa perfeitamente com os valores e as atitudes de *Changemaker +*. Assim, este novo módulo será utilizado como base dos programas de empregabilidade e de *Changemaker* para os estudantes de primeiro ano.

Os estudantes abordarão uma série de temas a partir da perspectiva da psicologia positiva. Entre os temas incluem-se o *stress* e a resistência, saúde e felicidade, satisfação laboral, espiritualidade, relações, performance e otimização de resultados.

Escola de artes

Existem vários projetos no âmbito dos meios de comunicação, da moda e do desenho de produtos

que culminarão na exposição intitulada *Changemaker* em Maio, no museu e galeria de arte de Northampton.

A Escola de Arte está a levar a cabo dois projetos financiados sobre o “fazer” como herança (narrativas e significados, identidade dos objetos, diálogos e comunidade).

Organizar-se-ão dois simpósios no Reino Unido, recebendo delegados da Índia e Turquia, que unirão a arte, o desenho, a engenharia de meios de comunicação, o mundo académico e industrial, para explorar e debater os temas mencionados anteriormente. Estudantes de todo o mundo terão a oportunidade de entender a importância que têm outras disciplinas, juntamente com uma aproximação ao “ser um *Changemaker*” ou agente de mudança.

Lições

A investigação tem demonstrado que o trajeto da Universidade de Northampton não foi o resultado de uma planificação estratégica racional, mas sim o resultado de atividades que muitas vezes passaram despercebidas, organizadas por alguns, com a experiência pessoal de outros e o envolvimento da Universidade no programa de aumento de participação. A “atividade de guerrilha”, realizada fora do guarda-chuva institucional, tem sido fundamental para o desenvolvimento destas áreas na universidade. Contudo, a nova estratégia alterou este enfoque, institucionalizando as atividades e permitindo o aparecimento de novas ideias. Será, no entanto, fundamental desenvolver uma infraestrutura que continue a apoiar esta atividade autónoma, não lhe criando amarras institucionais que possam extinguir a paixão. Fazê-lo depende do facto de se defender as ideias e valores matriciais da Universidade.

QUESTÕES PARA O DIÁLOGO E PARA A AÇÃO

- Descreva como os valores e missão da universidade influenciam as atividades que esta desenvolve.
- Como utiliza a sua área temática como *Changemaker* (Agente de Mudança), utilizando a definição que se dá no Caso Prático?
- Como se podem envolver professores e os restantes colaboradores na identificação de *problemas sociais* e de *saber como os abordar de forma coletiva*?
- Quais são os fatores internos e externos que promovem ou inibem uma mentalidade *Changemaker* dentro da sua universidade?
- Que pode ser feito, por si e/ou pelos seus colegas, para enfrentar os fatores inibidores?

Autoria de Tim Curtis, Universidade de Northampton, em colaboração com o Consórcio de Economia Social e Solidária York St. John-Erasmus.

CASO PRÁTICO

2.2 TEC SOL-UFPEL, BRASIL: INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS E TECNOLOGIAS SOCIAIS NO SUL DO BRASIL

OBJETIVOS RACIONAIS

- Identificar o impacto que têm as ações coordenadas pela Universidade para enfrentar preocupações sociais críticas.
- Considerar os diversos papéis e responsabilidades da Universidade como agente chave da mudança dentro da sua comunidade.

OBJETIVO EXPERIENCIAL

- Avaliar a importância de questionar a missão da Universidade e redefinir o papel dos docentes, funcionários e estudantes dentro da mesma.
- Considerar o impacto na comunidade acadêmica das ações com enquadramento social que se geram dentro da Universidade.

ENQUADRAMENTO

Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCPs)

As ITCPs surgiram no Brasil como uma resposta de setores universitários que procuravam desenvolver uma ação social efetiva tendo em conta a forte crise de desemprego que existia em meados dos anos 90, do século XX, como resultado das políticas neoliberais desenvolvidas pelo Estado numa tentativa de resposta à crise da dívida internacional, que explodiu nos começos dos anos oitenta. O desemprego, a pobreza e a violência apresentavam-se, então, como um desafio à formulação de políticas públicas. O debate macroeconómico estava polarizado entre os defensores do livre mercado e os seus críticos. Os primeiros sustentavam que se tratava de um período de transição entre o ocaso do modelo de produção tradicional e o florescimento dos setores tecnológicos – consideravam os defensores do livre mercado que as antigas profissões não eram mais que os danos colaterais deste devir. Os críticos do modelo apontavam para um processo crescente de concentração dos rendimentos e da riqueza, articulado com o desaparecimento de setores produtivos sem geração correspondente de novos postos de trabalho nos “novos setores”, criando uma situação de desemprego estrutural.

Grande parte dos desempregados passaram simplesmente para o setor mais “informal” da economia, com pequenos (ou melhor, micro) negócios familiares, quase sempre instáveis, poucos organizados e precários. Uma fração menor passou a depender da ajuda económica de parentes, vizinhos,

instituições religiosas e, raras vezes, do Estado. Em menor escala assistiu-se também à derivação para a economia ilegal: tráfico de drogas, prostituição, roubos, sequestros, etc.

Paralelamente apareciam, em diferentes lugares e a partir de formas distintas, iniciativas económicas coletivas, surgidas da necessidade de responder à quebra de rendimentos. As iniciativas eram muito heterogêneas: coletores de lixo que se reuniam em cooperativas, pequenos produtores rurais que se juntavam numa associação para comercializar os seus produtos, trabalhadores despedidos que ocupavam a sua fábrica e reclamavam a sua propriedade (auto-gestão) por conta da dívida laboral da empresa, famílias de “sem terra” que se juntavam em cooperativa para poder produzir e viver, redes de consumidores que procuravam obter produtos mais baratos.

Muitos teóricos, na academia, questionavam o papel das suas instituições: a tecnologia criada pelas investigações científicas levava a uma sociedade materialmente mais confortável e justa para todos? Ou, pelo contrário, a tecnologia gerava exclusão social e concentração de capital? E o que se passaria se a universidade, ou pelo menos uma parte dela, renunciasse a formar diplomados “para o mercado” e se dedicasse a formar pessoas para gerar e gerir coletivamente os seus próprios negócios?

Em finais de 1995, enquanto uma campanha nacional de solidariedade para a redução da fome convocava as comunidades universitárias, na Universidade

Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), um grupo de professores, técnicos e estudantes propôs uma ação académica de combate à pobreza, a partir do apoio económico a trabalhadores excluídos do mercado de trabalho, através de um projeto de extensão universitária orientado para a assessoria de grupos articulados em torno da formação e desenvolvimento de cooperativas de trabalho.

A proposta era a de abrir um campo de ação da universidade que integrasse equipas de educadores (docentes, técnicos, estudantes) que trabalhando de maneira interdisciplinar – desde a economia, a administração, a psicologia das organizações e do trabalho, as engenharias, ao direito e outras áreas necessárias à constituição de um empreendimento económico – desenvolvessem um processo pedagógico que permitisse a trabalhadores e

trabalhadoras socialmente excluídos/as, de forma coletiva, aceder ao mercado de bens e serviços de forma autónoma e em autogestão.

Desde então, 102 (cento e duas) incubadoras universitárias de cooperativas populares (ainda que não com esta denominação específica) foram fundadas no Brasil. Existem duas redes distintas que reúnem cerca de 45 (quarenta e cinco) incubadoras cada. Desde 2003 existem também instrumentos de financiamento público para estas iniciativas. O debate metodológico foi aprofundado, as experiências de incubação já são milhares e as incubadoras são parte efetiva e reconhecida do movimento orgânico da economia solidária no Brasil, com assento na comissão executiva do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

CONTEÚDO

TECSOL-UFPEL – Centro Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária da Universidade Federal de Pelotas

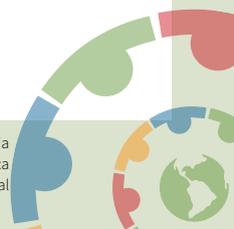
O TECSOL-UFPEL é uma pequena unidade académica nascida em 2010 e formada então por docentes que estavam já a trabalhar anteriormente com empreendimentos de economia solidária. Dois deles (incluindo o autor deste trabalho) já vinham de uma larga experiência desenvolvida na incubadora de cooperativas da Universidade Católica na mesma cidade.

Pelotas é parte do Estado do Rio Grande do Sul. Conta com 350 mil habitantes e está no extremo sul do Brasil, a 250 km de Porto Alegre, a cidade onde se realizaram os primeiros Fóruns Sociais Mundiais. Está numa região economicamente decadente, com um grande número de afrodescendentes, nas zonas urbanas mais pobres, e ao mesmo tempo descendentes de alemães emigrados em finais do século XIX e que são agora pequenos produtores rurais, vivendo condições económicas cada vez mais difíceis. A elite local, que possui forte presença na Universidade, está vinculada a famílias terratenentes, descendentes dos primeiros colonizadores portugueses e espanhóis da região.

A desindustrialização dos anos 90 teve um forte impacto na economia local, com o encerramento de dezenas de empresas dos setores alimentar e

metalúrgico. A difusão do modelo produtivo agrícola norte-americano (de grandes áreas de monocultura e de capital intensivo – a chamada “revolução verde”) - expulsou das zonas rurais milhares de famílias de agricultores, o que deu origem, no norte do estado, ao Movimento dos Sem Terra.

O TECSOL-UFPEL nasceu no quadro de uma conjuntura nacional muito diferente da primeira ITCP. As políticas económicas contra cíclicas dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) fizeram baixar o desemprego e o número de empreendimentos solidários parou de crescer. Contudo, a economia solidária da região continua a ser importante, sobretudo em relação à produção rural de tipo alternativo. Há de facto importantes grupos de agricultores agro-ecológicos que se confrontam com dificuldades crescentes de organização e de logística, enquanto a procura urbana por produtos orgânicos não para de crescer. Além disso, a região recebeu um número importante de explorações rurais da reforma agrária, que necessitam de apoio para se consolidarem, mantendo viva a proposta da reforma agrária. Por outro lado, regista-se uma procura igualmente crescente, por parte dos mais jovens, de formas de organização social (o que inclui a organização económica) baseadas em valores igualitários, participativos, solidários e sustentáveis. E desde então, vêm-se formando, aos poucos, novos empreendimentos.



A aposta do TECSOL é a de, ao mesmo tempo que continua a trabalhar de perto como o centro da economia solidária da Universidade Católica de Pelotas, diminuir a distância entre a ecologia e a solidariedade. Ou seja: trabalhar preferencialmente junto dos grupos de pequenos agricultores (cooperativas, associações, coletividades informais...) para consolidar na região um polo de produção agro-ecológica e de tecnologias sociais dirigidas para a sustentabilidade.

Por agora, fazem parte do TECSOL sete (7) docentes e quinze (15) estudantes de oito diferentes carreiras universitárias.

Anoção de “tecnologia social” vem sendo desenvolvida no Brasil desde o começo da primeira década de 2000. O conceito surgiu para delimitar um conjunto de iniciativas operadas por agentes sociais diversos (ONG, movimentos sociais, centros públicos de investigação, grupos universitários e outros) que tinham em comum a procura por soluções tecnológicas acessíveis, tanto do ponto de vista técnico como económico. O desenvolvimento de tecnologias “não-proprietárias”, isto é, de livre utilização e de livre adaptação, já era conhecido – os *softwares* livres são, talvez, os exemplos mais visíveis.

No entanto, há também outros exemplos importantes: a agro-ecologia, as medicinas fitoterapêuticas, os aparelhos de captação de água da chuva em comunidades com escassez, etc. Para além das ciências “duras”, as ciências “suaves” também desenvolveram tecnologias importantes: metodologias de alfabetização de adultos, microfinanciamento e outras. A própria metodologia de incubação de empreendimentos solidários é já também uma tecnologia social.

Em finais dos anos 90 (século XX) um grupo de investigadores brasileiros procurou descrever e conceptualizar as práticas de investigação científica que permitiam desenvolver uma produção de conhecimento vinculada a um novo tipo de compromisso social. A Rede de Tecnologia Social (RTS, Brasil) assim a definiu:

“A tecnologia social compreende produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas através da interação com a comunidade e que representam efetivas soluções de transformação social. É um conceito que remete para uma proposta inovadora de desenvolvimento, considerando a participação coletiva no processo de organização, desenvolvimento e aplicação. Está baseada na difusão de soluções para problemas relacio-

nados com as questões de alimentação, educação, energia, habitação, rendimento, recursos hídricos, saúde, meio ambiente, entre outras. As tecnologias sociais podem (devem) aliar saber popular, organização social e conhecimento técnico-científico. O que importa essencialmente é que sejam efetivas e aplicáveis, oferecendo desenvolvimento social numa escala ampliada.”

O caso do processo de construção do “circuito local de comércio justo”

Os projetos desenvolvidos atualmente estão vinculados às prioridades dos promotores. Ainda que se siga incubando empreendimentos de maneira singular, neste momento o principal de todos é a Feira Virtual que se apresenta como um “circuito local de comércio justo”. Dito de outra forma, o enfoque é a articulação da rede de empreendimentos solidários a uma rede de grupos de consumidores éticos/responsáveis.

Considera-se fundamental que essa relação, que se expressa necessariamente por uma estrutura orgânica, seja gerida de forma cooperativa/partilhada pelos coletivos que a formam. Os problemas dos empreendimentos solidários exigem soluções construídas de forma coletiva e dialogada, e que possam ser geridas por todos. Era o caso, há alguns anos atrás, dos problemas de comercialização dos empreendimentos solidários na região de Pelotas, que raramente conseguiam inserir-se nos circuitos convencionais. Existiam restrições de escala, problemas de confiança junto dos comerciantes, muitos grupos não tinham os registos legais normalmente necessários, a produção artesanal tinha custos elevados que se refletiam nos preços tornando-a pouco atrativa para os consumidores, etc.

Neste contexto, em 2008/2009, o Centro de Economia Solidária da Universidade Católica decidiu impulsionar a construção de uma rede de empreendimentos solidários com a finalidade de procurar alternativas conjuntas para o problema. Depois de uma dúzia de encontros de estudo e discussão, os empreendimentos decidiram construir uma associação, que juntava coletivos muito distintos: de agricultores, de artesãos, de pescadores, de produtores de produtos lácteos, de costureiras, de cultivadoras de plantas ornamentais, etc. Eram 23 empreendimentos, que aglomeravam cerca de 550 produtores/trabalhadores. Nascia então a “Associação Bem da Terra”. A primeira iniciativa foi montar uma feira exclusiva de economia solidária, que passou a realizar-se mensalmente, onde a oferta não

era feita por produtores individuais, mas antes através dos grupos solidários. Todavia, esta alternativa era muito limitada e ainda que os resultados tenham sido interessantes, havia ainda muito para melhorar.

Entretanto, pôde-se observar um crescimento importante do número de consumidores éticos/responsáveis que se notava no desenvolvimento de feiras de produtos orgânicos, de restaurantes vegetarianos, de lojas de produtos regionais. Contudo, estes espaços apresentavam-se como que “reservados” a estratos sociais com rendimentos altos, deixando fora destes mercados não apenas os mais pobres mas inclusivamente trabalhadores qualificados, que constituem o grupo social que melhor combina a atitude política e o consumo (professores, estudantes universitários, funcionários públicos, do sector bancário, etc.). Como se poderiam aproximar, então, uns dos outros? A produção solidária ao consumo responsável?

Na última década têm-se multiplicado no Brasil aquilo a que se vem chamando de “grupos de consumo responsável” (GCR). São como que cooperativas de consumo dedicadas exclusivamente ao consumo responsável. São poucos e muito pequenos. No entanto, representam uma “inovação social” clara: os custos de transação são aí reduzidos de forma impressionante, graças às metodologias organizativas e colaborativas e ao uso de *softwares* livres de gestão. As compras são feitas a cada semana com o uso de plataformas de internet e o total de pedidos semanais são redireccionados aos produtores, que entregam os produtos num dia específico da semana. Os próprios consumidores encarregam-se de separar os pedidos e gerir todo o processo. Mas estas experiências eram como o espelho invertido da Associação Bem da Terra: os GCR são uma articulação de consumidores e a Associação Bem da Terra é uma articulação de produtores. Foi então necessário um esforço de organização dos consumidores de maneira a formar uma associação entre eles, que se vinculasse aos produtores. Nasceu, então, em fins de 2014, a Rede de Consumo Responsável ‘Bem da Terra’, explicitamente estruturada para o consumo de produtos da economia solidária.

Este processo exigiu um grande esforço da parte dos atores universitários. Teve que se contactar pessoas que em diferentes contextos (ONG, sindicatos, igrejas, Universidades, etc.) tivessem interesse em formar

grupos de consumidores responsáveis e, em seguida, dotá-los da informação e da formação necessárias ao processo. Também havia que planear toda a logística necessária para a distribuição de produtos, sistema de preços, etc., levando-se em conta que os sistemas tradicionais do comércio convencional não podiam ser replicados, pois os custos de transação também se replicariam, tornando inviáveis os preços à tipologia de consumidor que se queria contactar. Foi necessário criar um cabaz de oferta que permitisse aos consumidores encontrar um leque amplo de produtos, poupando tempo e dinheiro ao mesmo tempo que exercitavam o consumo responsável. Procurar o apoio de sindicatos de trabalhadores locais (bancários, docentes, metalúrgicos, operários do setor alimentar e outros) também foi fundamental em muitos sentidos: financeiro, político, organizativo.

O mais difícil foi montar a estrutura de maneira que logo desde o começo da experiência os consumidores desenvolvessem um sentimento de apropriação, fundamental para que depois o processo de incubação tivesse êxito na transferência da gestão do empreendimento para os coletivos de produtores e de consumidores.

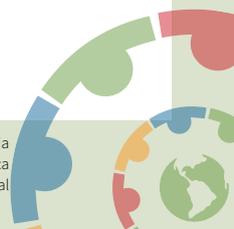
Por fim, a Feira Virtual “Bem da Terra” arrancou em Dezembro de 2014 e está em fase de consolidação económica. A etapa de construção da co-gestão de produtores e consumidores já foi iniciada. Os resultados são muito positivos e ambos os grupos avaliam de maneira otimista a experiência.

O conceito de tecnologia social esta nesta experiência bem presente: trata-se de uma solução para um problema social (a comercialização dos empreendimentos) que foi construída de forma coletiva, utilizando o saber popular e os conhecimentos técnico-científicos, gerando pequenas inovações sobre uma tecnologia anteriormente desenvolvida e livremente utilizável: a metodologia dos grupos de consumo responsáveis com utilização de plataformas de internet para gestão de comercialização solidária.

O resultado é o que denominamos como “circuito local de comércio justo”.

Em conclusão: o TECSOL e o papel

Autoria de António Cruz, TECSOL-UFPEL, em colaboração com o Consórcio de Economia Social e Solidária York St. John-Erasmus



Não é necessário sublinhar o valor que tem na sua formação académica a participação dos estudantes neste processo. Do início ao seu final, no planeamento e na sua execução, eles foram diretamente envolvidos. Os conteúdos de ensino são postos à prova - ou são validados pela experiência ou então são questionados quanto ao seu sentido na aula.

A experiência de autogestão – no próprio TECSOL e na Feira – continuará com os estudantes, enquanto se questionarem sobre o tipo de relação que vão construir no seu trabalho futuro, com o meio ambiente, com trabalhadores, com empresas, com diferentes maneiras de organizar o trabalho e a gestão, etc.

Claro que o esforço no campo da extensão universitária exige, também, muita investigação. Cada passo do processo obriga a conhecimentos que devem articular-se interdisciplinarmente, e quando não há resposta a uma pergunta, ou quando não há solução pronta para um problema, há que encontrá-los através da investigação – esta investigação não se desenvolve em escritórios ou laboratórios, mas antes em território de ação, em interação com os grupos sociais envolvidos.

Entenda-se que essas experiências devem parecer um pouco estranhas para quem vive em sociedades em que 30 ou 40% da população frequentou a Universidade e outros 20 ou 30% não o fizeram porque entenderam não o fazer. Não é o caso do Brasil, como também não o é da América Latina como um todo. As Universidades, sobretudo as públicas, têm uma dívida histórica com as suas sociedades. Enquanto se financiam pelos impostos, pagos por todos, servem somente a uma parte da sociedade. Nem todos podem aceder a elas. A investigação que aí se produz, normalmente, não se aplica à realidade dos mais pobres, que são também os que mais necessitam de conhecimento.

As incubadoras tecnológicas de cooperativas populares mantêm os princípios que estavam na origem da sua formação: articular ensino, investigação e extensão de maneira interdisciplinar em benefício da maioria da população, ajudando a produzir conhecimento com e para os trabalhadores, para uma sociedade mais justa, mais solidária e sustentável.

QUESTÕES PARA O DIÁLOGO E PARA A AÇÃO

- *Connecting Communities* O que pode ou deve fazer a Universidade para promover um trabalho justo dentro da comunidade?
- Inicie um debate sobre o comentário realizado pelo autor do artigo em relação ao seu próprio contexto: “As Universidades, sobretudo as públicas, têm uma dívida histórica com as suas sociedades. Enquanto se financiam pelos impostos, pagos por todos, servem somente a uma parte da sociedade.”
- Que poderia fazer a sua Universidade para permitir que as organizações de ESS tenham acesso ao mercado?
- Organize junto dos estudantes e professores uma feira de ESS e averigue que produtos ou serviços podem ser oferecidos à Universidade.

CASO PRÁTICO

2.3 'CONNECTING COMMUNITIES' (LIGANDO COMUNIDADES) - UM PROJETO DE COLABORAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADES, ESCOLAS E INICIATIVAS SOCIAIS, SHEFFIELD, REINO UNIDO

OBJETIVOS RACIONAIS

- Entender o potencial da colaboração intersetorial para o benefício mútuo
- Relacionar o estabelecimento de redes entre organizações com as inovações nos *currícula*

OBJETIVO EXPERIENCIAL

- Ser consciente dos potenciais benefícios mútuos (entre os quais a criação de postos de trabalho) como resultado de iniciativas sociais bem planificadas

ENQUADRAMENTO

Connecting Communities é um novo projeto piloto, gerido pela Sheffield Enterprise Pipeline e financiado pela UnLtd, a Fundação para Empreendedores Sociais e organizações benéficas registadas, assim como o Conselho de Financiamento de Educação Superior de Inglaterra.

Os parceiros do projeto são: a Universidade de Sheffield Hallam (parceiro principal), a Associação de Estudantes da Universidade de Sheffield Hallam, a Universidade de Sheffield, a Câmara Municipal de

Sheffield, o City College e Sero Consulting Ltd, um grupo multidisciplinar especializado em educação e empresas.

O objetivo do projeto é aumentar a consciência dos estudantes de Sheffield de todas as idades acerca da importância das empresas sociais e desenvolver um modelo sustentável e nacional. Para conseguir, utiliza a criatividade dos jovens para resolver os desafios empresariais das empresas sociais locais.

CONTEÚDO

Tal como explicou Sheila Quairney, Diretora do Departamento de Empresas na Universidade de Sheffield Hallam e líder do projeto *Connecting Communities (CC)*, a “nossa visão é desenvolver, testar e avaliar um modelo de colaboração de desenvolvimento curricular e apoio comunitário. Ajudar estudantes de todas as idades a entender as empresas sociais”.

Até agora, estão envolvidos no projeto 5 empresas sociais, 340 estudantes de 5 escolas primárias e 4 secundárias, além de 30 estudantes universitários. Foi levado a cabo em 3 fases até Julho de 2015, e a coordenação esteve a cargo de um bolseiro licenciado. As soluções inovadoras dos estudantes das escolas são desenvolvidas pelos estudantes universitários mediante um trabalho em equipa, e depois um estudante em estágio em cada empresa social encarrega-se de as implementar.

Ligar os estudantes de escolas e universidades com as empresas sociais, trata-se pois de um projeto de benefício mútuo: os estudantes enfrentam desafios empresariais reais que abordam através da aprendizagem baseada no projeto; as organizações locais beneficiam das ideias inovadoras e frescas que os estudantes têm para enfrentar os desafios que se lhes apresentam.

Trata-se do primeiro projeto com este tipo de características posto em marcha no Reino Unido e atua como projeto-piloto para uma futura expansão, tanto ao nível do tamanho do projeto, como de extensão a outras cidades do país. O projeto tem sido um grande êxito e obteve uma resposta verdadeiramente entusiasta por parte de todos os envolvidos.

O projeto presta-se a ser um modelo de fácil implementação noutras organizações e cidades,



já que se estrutura claramente em três fases. Na primeira fase apresentam-se os desafios empresariais aos estudantes do ensino secundário e primário, com o objetivo de estimular a sua criatividade, criando hábitos empresariais, culminando com as apresentações dos projetos antes das férias de Natal. Na segunda fase entram os estudantes universitários, que recolhem as ideias geradas na primeira fase e as

convertem em planos empresariais exequíveis. Antes da fase final, os estudantes universitários realizarão estágios práticos em alguma das empresas sociais para implementar o projeto e encerrar o círculo – da identificação dos desafios à criação de ideias, passando pela configuração e implementação e, como não podia deixar de ser, terminando com celebração e reconhecimento.

Alguns exemplos de organizações que participam no projeto:

Whirlow Hall Farm Trust

A quinta *Whirlow Hall Farm* é uma organização educacional e ambiental, sem fins lucrativos, que ensina agricultura a crianças e jovens. Nas visitas guiadas na quinta, as crianças em idade escolar aprendem de onde vem a comida e como se criam os animais.

Todavia, num mundo onde a educação está orientada para os objetivos e onde idiomas, matemáticas e ciências são prioritários, é difícil que as escolas possam justificar este tipo de visitas. Além disso, algumas escolas não realizam excursões com crianças se isto envolver custos. Os colaboradores da quinta sabem que vivem num ambiente muito enriquecedor ao nível da aprendizagem e que este poderia beneficiar as crianças, mas reconhece-se que as escolas não dão prioridade a este tipo de visitas.

Desafio empresarial



O desafio dos estudantes era o seguinte: tinham que pensar como demonstrar às escolas as múltiplas oportunidades educacionais que a quinta podia oferecer às crianças, para assim os atrair à quinta, utilizando, talvez,

uma nova solução de *marketing*, a criação de material informativo ou alguma outra solução inovadora.

Escolas envolvidas: Sheffield Springs Academy e a Escola Comunitária Primária de Norfolk.

Connecting Communities trabalhou com um grupo de estudantes de segundo ciclo do ensino secundário da referida Sheffield Springs Academy. No início do processo, como ajuda criativa, envolveram-se 30 estudantes do último ano da primária da Escola Primária Norfolk Community, os quais tiveram duas sessões com o grupo da CC, tendo-se obtido várias ideias para o desafio empresarial da quinta *Whirlow Hall Farm*. As ditas ideias foram transferidas para estudantes de segundo ciclo do secundário para que as desenvolvessem. Depois, os estudantes universitários tomaram as ideias já desenvolvidas e converteram-nas em planos empresariais. Um estudante estagiário na referida quinta desenvolveu os planos numa solução informática interativa, para assim anunciar o que a quinta oferecia quanto a benefícios educacionais e sessões curriculares.

Cathedral Archer

O projeto *Cathedral Archer* é um centro de dia para pessoas sem abrigo e outras em risco de ficar sem lar, em Sheffield. Trabalham com os seus utentes para “os ajudar a passar do caos à estabilidade”. Oferecem ajuda em caso de crise, roupas de emergência, acesso telefónico e à Internet, bem como uma direção postal. Também oferecem ajuda médica e atividades para a saúde e o bem-estar. Oferecem uma formação prática básica, assim como assessoria financeira e ajuda para encontrar emprego.

Desafio empresarial

Desenhar um esquema de obtenção de fundos e de sensibilização que pudesse utilizar-se em escolas, e oferecer sugestões sobre material informativo para

professores e alunos para ajudá-los a entender as pessoas que não têm lar e apoiar as atividades do projeto *Cathedral Archer*.

Escolas envolvidas: Instituto de Sheffield e Escola Primária Católica de St. Marie.

Skatepark Onboard



Esta organização começou como uma empresa privada que oferecia espaço para andar de skate e em bicicletas BMX. Rapidamente se

deram conta de que estavam a oferecer oportunidades de formação e tutoria a jovens sem trabalho, educação ou formação, decidindo então dar outro enfoque à empresa e convertê-la numa empresa social. Atualmente oferecem programas de 6 semanas a jovens e abordam temas como o emprego, oficinas de bicicletas, reciclagem ou como fazer um *curriculum vitae*. Graças ao programa puderam trabalhar com jovens que pensavam que nada valiam ou que tinham tropeçado na lei por qualquer motivo.

Desafio empresarial

Por ser um *skatepark* coberto, o negócio dependia muito do clima. O objetivo dos estudantes era o de conceber estratégias empresariais ou de *marketing* para contornar o baixo nível de presença de pessoas na primavera e verão, quando o clima é melhor. Previse-se que estas estratégias oferecessem sustentabilidade à organização.

Os estudantes refletiram então acerca de como aumentar os benefícios na primavera e verão através do *marketing* e dos eventos, ampliando a oferta de atividades do *skatepark*.

Escolas envolvidas: UTC Sheffield e o Limpsfield Junior School.

Como funcionou e se geriu a colaboração intersetorial?

O projeto CC fez trabalhar todos os setores de ensino — primário, secundário e universitário — e, pela primeira vez, uniu estudantes de todas as idades com empresas sociais.

A comunicação regular com estes setores de ensino, para além de aumentar a consciência das diferentes limitações operativas de cada um, ajudou a gerir e, em alguns casos, a confundir expectativas de maneira positiva. O projeto ajudou a corrigir problemas anteriores existentes na colaboração entre algumas empresas e universidades. Uma gestão de projeto forte foi uma parte vital nesse processo.

O ecossistema da empresa social

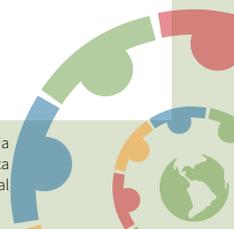
Algo significativo e inesperado que surgiu das empresas sociais foi o facto de terem criado uma oportunidade para a construção de redes e relações entre elas, baseando-se nas redes de apoio existentes dentro da comunidade.

Impacto em indivíduos/organizações

Um exemplo de impacto é o dos estudantes estagiários que, depois de terminar o dito período, quiseram criar a sua própria empresa social. Outro exemplo é o impacto que o projeto teve numa das escolas: no projeto da Escola Ecclesfield esteve envolvido um grupo de estudantes com Necessidades Educativas Especiais, os quais, geralmente, não têm a oportunidade de trabalhar num projeto de tanta responsabilidade. Este relevo que lhe foi concedido aumentou enormemente o seu nível de atenção e confiança, deixando a equipa docente surpreendida com os resultados conseguidos em tão pouco tempo. Quatro dos cinco estudantes estagiários continuam a trabalhar como voluntários nas empresas sociais.

O futuro

Com vista ao futuro, o *Connecting Communities* pretende continuar a o seu funcionamento, com base nos seus próprios êxitos, refinando o modelo para que abarque outras cidades, tanto a nível nacional e, potencialmente, a nível internacional, tentando chegar à maior quantidade de jovens possível e ajudar a inspirar a próxima geração de empreendedores sociais.



QUESTÕES PARA O DIÁLOGO E PARA A AÇÃO

- Na sua opinião, quem beneficia com este projeto? Como?
- Acredita que o projeto Connecting Communities tem espaço no curriculum escolar/universitário? Se assim for, quais são os benefícios potenciais para a aprendizagem dos estudantes?
- Como podem as práticas em empresas sociais melhorar o curriculum e a experiência dos estudantes universitários?
- Que empresas sociais conhece que podem oferecer estágios aos estudantes, podendo beneficiar-se mutuamente?
- Contacte três organizações de ESS e estude a possibilidade de ter períodos de práticas de estágio nas mesmas. Em que consistiriam as práticas? Por quanto tempo? Que se esperaria da pessoa em estágio? Que esperaria o estagiário da empresa social? Redija um possível acordo entre a universidade (ou a faculdade) com a potencial entidade recetora do estágio.

SAIBA MAIS

www.connectingcoms.co.uk.

Autoria do Consórcio de Economia Social e Solidária York St. John-Erasmus em colaboração com Sheila Quairney e Francesca Rolle, Universidade de Sheffield Hallam, Reino Unido

CASO PRÁTICO

2.4 COOPERATIVA EVERGREEN, OHIO, USA

OBJETIVOS RACIONAIS

- Compreender os desafios que as Universidades enfrentam perante a compra de bens e serviços das organizações de Economia Social e Solidária
- Analisar o porquê dos problemas sociais se arregarem num determinado modelo económico

OBJETIVO EXPERIENCIAL

- Entender o poder de uma adequada colaboração intersetorial na luta contra os problemas sociais enraizados

ENQUADRAMENTO

O professor Simon Denny da Universidade de Northampton, Reino Unido, identificou um papel importante para as Universidades: oferecer crescimento económico local e inclusão social. A universidade pôs em marcha o desafio “1 bilião de libras para as Universidades do Reino Unido” ([£1 billion challenge for UK universities](#)), para que estas gastem 1 bilião dos seus 7 biliões de libras potenciais para despesas, em empresas que promovam valores sociais e respondam às necessidades da universidade.

O que é o valor social?

“O Valor Social” é uma forma de pensar sobre como são atribuídos e empregues os escassos recursos. Tal implica ver para lá do valor de cada contrato

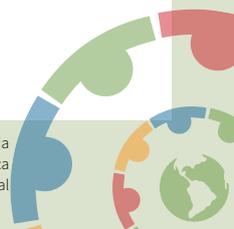
individual e ver qual é o benefício coletivo de uma comunidade quando um organismo público decide sobre a adjudicação de um contrato. O Valor Social coloca a pergunta: “Se se dedica 1 libra para a prestação de serviços, pode essa mesma libra ser utilizada também para produzir um maior benefício para a comunidade?” (Retirado de [Social Enterprise UK](#), Reino Unido)

Este é um objetivo muito ambicioso e desejado. Todavia, encontrar empresas sociais e cooperativas que possam suprir as suas necessidades pode ser um desafio para as universidades. Poderia uma empresa social local proporcionar todas as necessidades de papelaria da universidade, ou os serviços de catering, por exemplo?

CONTEÚDO

Podem as Universidades liderar o caminho na obtenção de valor social? Podem as Universidades ser laboratórios para um novo tipo de desenvolvimento económico?

Esta é a história da cooperativa *Evergreen*:



Lançada em 2008 por um grupo de trabalho com sede em Cleveland (entre elas a Fundação Cleveland, a Clínica de Cleveland, hospitais Universitários, a Universidade de Case Western Reserve e o governo municipal), a *Iniciativa Cooperativa Evergreen* está a trabalhar para criar postos de trabalho com salários dignos em seis bairros de baixos rendimentos (43.000 habitantes, com um rendimento médio por lar abaixo dos US\$18.500) numa zona conhecida como “*Greater University Circle*” (GUC).

Esta iniciativa foi concebida para fomentar o progresso em Cleveland, focando-se na inclusão económica e na consolidação de uma economia local de baixo para cima. Em vez de oferecer subsídios públicos para induzir as empresas a criar – o que acontece várias vezes – empregos com baixos salários na cidade, a estratégia de *Evergreen* é a de fomentar a criação de novas empresas que sejam propriedade dos seus trabalhadores. Em vez de se centrar na formação de mão de obra para oportunidades de emprego que são em grande medida inviáveis para trabalhadores de baixa qualificação e trabalhadores de baixos rendimentos, a *Iniciativa Evergreen* cria em primeiro

lugar os postos de trabalho e, em seguida, recruta e capacita os residentes locais para os assumir.

Algo vital para este modelo são as chamadas “organizações âncora»: as universidades locais, os hospitais, o governo local, instituições que não abandonam a área conforme mudem as condições económicas. Estas “organizações âncora” trabalham em conjunto para criar cooperativas que satisfaçam as suas necessidades. Cada dólar que se gasta em bens e serviços fica na área local e beneficia a comunidade. Por exemplo, a Lavandaria Cooperativa *Evergreen* serve o hospital local. Este modelo foi inspirado pelo Grupo de Cooperativas Mondragón, do País Basco, em Espanha.

Poderiam as universidades liderar consórcios de “organizações âncora” e serem motoras, treinar e incubar novas empresas que supram as suas necessidades e proporcionem organizações altamente democráticas de propriedade dos trabalhadores?

Uma cultura de espírito empreendedor moldada para a criação de trabalho significativo dentro das universidades poderia ser uma situação benéfica para todos.

QUESTÕES PARA O DIÁLOGO E PARA A AÇÃO

- De que maneira o trabalho desenvolvido pela Cooperativa *Evergreen* é diferente do que é proporcionado pelas demais empresas?
- Que organizações existem na sua localidade que poderiam ser consideradas “organizações âncora”?
- No seu papel de “organização âncora”, o que pode a universidade fazer para promover o desenvolvimento local? Enumere algumas ideias, desde a pequena escala e a curto prazo às de grande escala e de longo prazo.
- Como mudaria o seu papel e responsabilidade se a universidade se convertesse numa “organização âncora” dentro da sua comunidade?

Saiba Mais https://www.youtube.com/watch?v=4zU8_ofpPyQ



CASO PRÁTICO

2.5 Instituto de Trabalho e Produção (ITP) da Universidade Nacional de Cuyo, Argentina

OBJETIVOS RACIONAIS

- Identificar as estratégias que permitam às universidades avançar na inovação curricular nos estudos da Economia Social e Solidária.
- Reconhecer o papel chave da Universidade para fazer com que o campo da Economia Social e Solidária seja relevante para o desenvolvimento local e regional.
- Aprender como a Universidade poderia facilitar a colaboração intersetorial para o desenvolvimento económico local e comunitário.

OBJETIVO EXPERIENCIAL

- Avaliar o valor da colaboração intersetorial facilitada pelas universidades.

ENQUADRAMENTO

Mendoza, Argentina Mudança económica através do intercâmbio académico, profissional e político

A crise económica: antes e depois

A Argentina foi testemunha de grandes transformações económicas nos últimos anos. Em 2001, o país sofreu uma crise depois de uma série de arriscados empréstimos por parte do FMI, e, principalmente após as privatizações massivas dos anos 90, a população encontrava-se numa péssima situação económica: a taxa de desemprego era de 27% e metade da população vivia abaixo do limiar de pobreza.

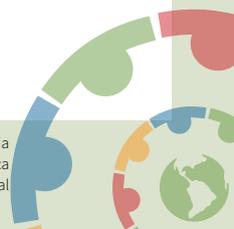
Como resposta a esta situação, milhares de trabalhadores de centenas de empresas que se viram obrigadas a fechar as suas portas, uniram-se para se converter em coproprietários dos seus postos de trabalho, na sua maioria fábricas de diferentes

indústrias. Este movimento cooperativo, conhecido como ‘fábricas recuperadas’, foi um êxito que continua a crescer hoje em dia apesar das dificuldades com que se depararam nos seus começos, criadas principalmente pelo governo e pelos anteriores proprietários. Outros tomaram uma iniciativa diferente. Roberto explica que surgiu uma distinção entre as palavras ‘trabalho’ e ‘emprego’: um ‘emprego’ é um tipo de trabalho que já não está disponível para todos, de maneira que tínhamos que criar o nosso próprio ‘trabalho’. Enquanto antes da crise existiam 3 milhões de micro-empresendedores numa população economicamente ativa de 16 milhões de pessoas, agora o número é de 5 milhões, sendo que os 2 milhões extra são, na sua maioria, mulheres que se viram na situação de ter que montar um negócio próprio para manter as suas famílias. Além disso, o valor do peso (moeda nacional) caiu a pique (embora não tenha recuperado, o seu valor é uma décima parte do que era antes da crise económica) e a troca direta (produto por produto) generalizou-se por todo o país.

CONTEÚDO

“Como universidade pública, temos um papel social muito importante” afirma José Perlino. Efetivamente, José e os seus colegas do Instituto de Trabalho e Produção (ITP) da Universidade Nacional de Cuyo (UNCuyo) encontram-se no eixo de uma ESS cada vez mais importante na província de Mendoza, na Argentina. Enquanto tratam de tornar visível este

terceiro sector agrupando o académico, o profissional e o político, também conseguem torná-lo mais credível.



Da cooperativa à aula: um intercâmbio bidirecional



O Professor Roberto Roitman, Secretário Geral do Instituto do Trabalho e da Produção

O caráter inovador e o êxito do trabalho do ITP assentam na união destes três elementos. O Instituto reclama uma presença mais alargada de práticas sociais e solidárias dentro das carreiras universitárias e em 2009 introduziram uma cátedra em Economia Social na qual participaram uma grande quantidade de alunos muito entusiasmados. Além disso, Roberto Roitman, secretário geral do ITP e professor de economia na universidade, encarrega-se todos os anos de um módulo que trata de economia social dentro do curso de economia geral. Apesar de trabalhar ali desde há várias décadas, Roberto ainda é visto como uma “ovelha negra” dentro de uma faculdade com demasiadas ideias convencionais, diz-nos o próprio.

Para fazer parte desta classe, convidam-se pessoas que trabalham no setor para que falem com os alunos de forma a oferecer-lhes uma compreensão funcional do que estudam e um vínculo com os impactos reais destes estudos. “Todos conhecemos experiências e participamos na economia social”, explica José, “mas desconhecemos que o estamos a fazer. Por isso, conhecer esta experiência, inteirarmo-nos que a economia social não é uma coisa de reduzida escala, não é uma coisa de pobres para pobres... a recepção estudantil é muito positiva”. Muitos estudantes pedem estágios práticos no setor, o que o ITP está em posição de fazer. “As universidades podem ser muito elitistas”, alerta José, mesmo quando parece que valorizam muito o vínculo entre o académico e o laboral, o territorial. “As organizações não se fizeram na universidade, foram feitas sim na rua, trabalhando, aprendendo com os seus erros”.



No ITP com José Perlino (à esquerda)

Cursos para quem trabalha na economia social

Esta é uma relação recíproca. O ITP oferece cursos de capacitação e *workshops* de livre acesso que pretendem facultar aos mais experimentados no setor, mas sem certificação, a oportunidade de obtenção de um diploma de creditação que reconheça oficialmente os seus conhecimentos e a sua experiência. Estes cursos também facilitam algo que José considera importante entre os objetivos chave do programa: aumentar a oferta. “Trabalhamos muito para ordenar o tema da oferta. Isto é, agrupar empreendedores, incrementar a escala e melhorar a qualidade, conseguir certificações. E para assegurar que tenham as condições para fornecer o Estado, que constitui uma grande parte das compras.”

Completando o triângulo: O apoio político

De facto, o Estado já está obrigado a realizar pelo menos 10% das suas compras a empresas sociais, graças à Lei de Economia Social e Solidária, aprovada em Mendoza em 2012.

Em 2009, o ITP ajudou na criação do primeiro Fórum de Economia Social que uniu as organizações do setor de toda a província. Cinco anos depois, o Fórum registara já sete edições, o que fez com que se conseguissem avanços tangíveis para uma maior representação da ESS. O Fórum de 2012 recebeu 160 organizações e celebrou-se em conjunto com o segundo fórum “Para Outra Economia”, atraindo desta forma interessados de todo o país, incluindo representantes do governo nacional. Além de vários *workshops*, palestras e momentos de partilha também se levou a efeito uma discussão sobre a introdução de uma lei provincial que conferisse apoio oficial ao crescimento do

setor, daí o aspeto político do seu trabalho. Pouco depois foi aprovada a lei e fundou-se um conselho para assegurar que a mesma se implementasse corretamente. Este comité é composto por sete membros: três de organizações dentro do setor (que representam as cooperativas, os microcréditos e a agricultura familiar); três do governo provincial (dos departamentos de desenvolvimento social, agro-indústria e escolas); e um académico, cargo ocupado atualmente pelo Professor Roitman. José explica que o papel principal do conselho consiste em “trabalhar com os membros do governo no sentido de se efetuarem aquisições para nos assegurarmos de que conhecem a lei e as suas obrigações, e também de que sabem porque é que a economia social é importante, já que a mudança cultural é muito lenta”. Aparentemente, esta observação é extensível ao público em geral: “Se todos nós fizéssemos 10% das nossas compras em iniciativas sociais seria uma grande mudança”.

A cultura do micro empreendimento e a economia de troca direta no país são indicativos dos três aspetos chave, segundo Roberto, daquilo que é uma forma de economia social relativamente próspera na Argentina:

- i) a primeira, origina-se com as tradições indígenas, em particular o de *minga*, que se traduz do Quéchua como «reciprocidade e solidariedade». Cerca de 10% da população de Mendoza é de origem indígena boliviana (a proporção é muito maior ainda mais a norte) e sugere que influenciaram muito as atitudes económicas locais, especialmente na agricultura;
- ii) a segunda, é a chegada dos Europeus em finais do século XIX, trazendo consigo a nova ideia do cooperativismo formal; a primeira Mutualidade na Argentina foi estabelecida pelos italianos em Buenos Aires e a primeira Cooperativa por imigrantes judeus na província de Entre Ríos, em 1890;
- iii) a terceira e mais urgente foi a crise de 2001 que afetou as atitudes económicas, talvez de forma irreversível. “O Cooperativismo ajudou a superar os desafios anteriores,” diz o professor Roitman. “Mas agora há novos desafios e necessitamos de novas soluções. As pessoas começaram a dar-se conta de que o capital está ao serviço da economia e que a economia está ao serviço do povo”.

Os ‘prosumidores’: desafiando o estabelecido

Uma destas pessoas foi Pablo Ordoñez. Antes da crise era proprietário de duas empresas e foi diretor de um centro juvenil durante 13 anos. Considera a crise como um apelo: a queda da economia, juntamente com a sua vocação pelo trabalho social, apelavam à mudança.

“A economia argentina em tempos de crise estava muito longe de ser social” afirma. “Era algo em que nem o ministro da economia podia influir”.



A Arca: Bruno Zangheri (vice presidente); Pablo Ordoñez (presidente) e Charles Hanks

Há nove anos atrás fundou ‘A Arca’, que ele descreve como um “negócio gerido de forma social”, ainda que desde o ponto de vista legal seja simplesmente uma organização sem fins lucrativos. O objetivo da organização é o de unir os produtores e os consumidores, os quais são muitas vezes as mesmas pessoas, assinala Pablo: “Pequenos produtores para os quais a crise e a inflação foi desastrosa, principalmente aqueles que trabalhavam no setor têxtil e da alimentação, mas também em serviços e manufaturas; e consumidores desde famílias a empresas locais e grandes companhias”.

Deste modo, tentando clarificar a situação, impõe-se a questão se a equipa de 10 pessoas a trabalhar na organização “A Arca” serão uma espécie de intermediários entre produtores e consumidores. A resposta de Pablo é clara: “Definitivamente não». E é firme neste aspeto. Na realidade estão a trabalhar para encurtar a distância entre produtor e consumidor, como produtores e consumidores que são, para criar uma rede solidária de produtores e consumidores

que ele chama de “PROSUMIDORES” [PROdutores + conSUMIDORES = *Prosumidores*]. Aparentemente não é o tipo de pessoa que goste das denominações limitadas ou dicotômicas. “Quisemos colocar-nos fora do estabelecido, num lugar que unisse o educativo, o social e o tipicamente económico”.

Pablo explica que o aspeto educativo requer proporcionar “espaços de aprendizagem permanentes, não apenas para os produtores mas também para os consumidores. A ideia é trabalhar os conceitos de consumidor consciente, comércio justo, produção responsável, e daí esta comunidade de ‘prosumidores”.

Vários tipos de pessoas foram implicadas, “pessoas que já conhecem estas ideias, e também pessoas que estão descobrindo o poder que têm na hora de produzir ou comprar um produto, e as vantagens que existem ao romper-se com o modelo estabelecido de que produtor e consumidor pertencem a dois mundos diferentes”. Estes valores inclusivos estendem-se também ao setor privado; “A Arca”, por exemplo, tem um contrato com Arcor, uma das maiores companhias alimentares da Argentina, para proporcionar a roupa de trabalho das suas fábricas.

Vínculo ao futuro

O objetivo, segundo Pablo, é “conseguir a maior conexão intersetorial possível” tanto no seu papel como presidente do Fórum de Economia Social como no de presidente de “A Arca”. Esta conexão também inclui o setor público. A sua reação face à nova lei é positiva, descrevendo-a como “uma ferramenta válida, ainda que não seja perfeita”.

No entanto, destaca uma importante distinção entre leis aparentemente similares noutras partes do país: enquanto outras se desenvolveram a partir do governo para o ‘prosumidor’, esta, a que se refere, desenvolveu-se ao contrário, de baixo para cima, estando a implementar-se em conformidade, com produtores, consumidores e académicos juntos numa voz que o governo parece estar disposto a ouvir.

José explica como estão a começar a converter estes contactos em benefícios práticos. Os 10% estipulados pelo governo virão em parte de gráficas e outras aquisições menores, embora se aspire a mais. “A

nossa ideia é a de organizar aquisições para cantinas em escolas, hospitais e centros de saúde. Também na indústria têxtil, por exemplo, para as equipas desportivas da província. Estas são duas áreas nas quais o governo coloca uma grande quantidade de dinheiro, embora neste momento todo ele vá apenas para umas poucas empresas”.

Outro dos deveres do conselho é o de criar um registo de empresas sociais na província, e a partir daí, criar um catálogo que estará disponível não apenas para departamentos do governo como também para o público em geral, concedendo maior visibilidade aos produtores e maior conhecimento aos consumidores, o que supõe o empoderamento do ‘prosumidor’. E no ITP, que está decidido a alinhar em tantas oportunidades de empreendedorismo social tanto quanto possível, estão a tentar perceber como melhorar os fornecimentos dentro da universidade. Muitos dos alimentos dos bares procedem de empresas sociais, e agora estão a tentar criar oportunidades de microcrédito para iniciativa empresarial estudantil, além de alargar os seus programas de capacitação. “Aqui no ITP compramos um cabaz de verduras uma vez por semana”, adianta José, mostrando as suas ideias a partir do exemplo.

Para uma economia alter(n)ativa

“Fala-se de avançar para uma ‘economia alternativa’”, comenta Roberto. “Mas talvez fosse mais preciso dizer que apontamos a uma economia ‘alterativa’”. A diferença é subtil mas importante, um indicativo daquilo que o ITP e o Fórum de Economia Social apoiam: o que se necessita não é apenas de uma mudança de ideias económicas mas sim de ideias económicas capazes de produzir uma mudança social.

É uma perspectiva ativa, inclusiva, de empoderamento social. “Quando compramos produtos de empresas sociais, estamos a comprar algo mais do que isso” afirma José falando em nome de uma comunidade cada vez maior. “Estamos a apoiar empregos, pessoas que permanecem nos seus lares, por um produto que tem valor na sua origem. Chegamos até à fonte do produto e deixamos os intermediários.”

QUESTÕES PARA O DIÁLOGO E PARA A AÇÃO

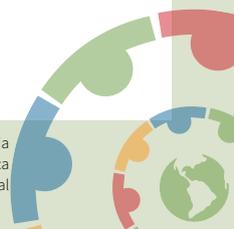
Como poderia a sua universidade fazer a ESS mais credível?

Como poderia a sua universidade promover e facilitar uma mesa multissetorial com as partes interessadas para trabalhar no fortalecimento da universidade como um ator no desenvolvimento da comunidade?

Como poderia a universidade oferecer um espaço para unir produtores e consumidores dentro da ESS?

Que poderia fazer para promover atividades sociais e solidárias na sua própria universidade, como o banco do tempo, feiras de troca direta, laboratórios de aprendizagem de *prosumidores*?

Autoria de Charles Hanks baseado em entrevistas a Jorge Perlino e Roberto Roitman, Instituto do Trabalho e da Produção e a Universidade Nacional de Cuyo, Argentina, em colaboração com o Consórcio de Economia Social e Solidária York St. John-Erasmus



CASO PRÁTICO

2.6 COOPERATIVA DE CRÉDITO CHANGEMAKER, UNIVERSIDADE DE NORTHAMPTON, REINO UNIDO

OBJETIVOS RACIONAIS

- Entender a diferença entre uma cooperativa de crédito e um banco que opera para o benefício dos acionistas.
- Considerar o papel da Universidade na promoção de práticas inclusivas e éticas nas suas operações diárias.

OBJETIVO EXPERIENCIAL

- Considerar o potencial da Universidade para ir contra a “corrente principal” na vida comunitária.

ENQUADRAMENTO



As cooperativas de poupança e crédito são organizações financeiras sociais sem fins lucrativos, empreendimentos mutualistas criados por membros que possuem algo em comum para beneficiar a sua comunidade. A Cooperativa de Poupança e Crédito *Changemaker* da Universidade de Northampton, Reino Unido, oferece aos seus colaboradores, alunos e licenciados uma forma alternativa de poupança, bem como a oportunidade de solicitar pequenos empréstimos. Assegura-se que todo o pessoal, alunos e licenciados tenham acesso a serviços financeiros éticos, responsáveis e acessíveis. A *Changemaker* é uma cooperativa financeira universitária regulada e aprovada pela *UK Financial Conduct Authority* (autoridade de conduta financeira do Reino Unido), sendo propriedade dos seus membros: os agentes de poupança e quem concede empréstimos.

A Universidade de Northampton e a mutualidade de Northamptonshire uniram forças para oferecer um conjunto de serviços financeiros para todos os estudantes e colaboradores da Universidade.

Como se explica na página Web:

Como membro da cooperativa de poupança e crédito, é um acionista e portanto tem o direito de opinar sobre a forma como ela é gerida. Tal significa que tem o direito a votar na Reunião Geral Anual e pode ser eleito para diretor da organização. De modo diferente de muitas

outras instituições financeiras, não há acionistas externos, pelo que o dinheiro que recebe a Cooperativa de Poupança e Crédito *Changemaker* reverte a favor dos seus membros.

As vantagens são comuns a todas as cooperativas de poupança e de crédito, entre as quais se incluem:

- Poupança ética, local, sem acionistas externos, para apoiar a poupança flexível desde 1 libra esterlina semanal ou 5 libras esterlinas ao mês.
- Pagamento de dividendos anuais aos membros com base na rentabilidade da cooperativa.
- Planos de poupança flexíveis para ajudar a planear ocasiões especiais e os gastos do dia-a-dia.

Vínculo às empresas sociais e ambientais

A Cooperativa de Poupança e Crédito *Changemaker* também está vinculada ao clube de empresas da Universidade. A Universidade solicitou uma subvenção para proporcionar empréstimos sobre um máximo de entre 500 a 3000 libras esterlinas a 10 estudantes por ano para empreendimentos sociais. A empresa devia mostrar evidências de ética sustentável nos negócios e o seu plano devia ter um enfoque para fortalecer e melhorar a sustentabilidade do meio ambiente. Requer-se que outras pessoas possam cofinanciar o empréstimo que a cooperativa disponibiliza, sendo este administrado pela Cooperativa de Poupança e Crédito *Changemaker*.

Sustentabilidade

A experiência das cooperativas de poupança e crédito em geral sugere que aproximadamente 5% do dinheiro se perde através do não-pagamento anual. O capital da Cooperativa de Poupança e Crédito é repostado através dos pagamentos de juros pagos por aqueles a

quem se concede empréstimo (c. 2%). A Associação de Estudantes da Universidade de Northampton também tem o compromisso de repor os fundos mediante atividades de recolha de fundos, assegurando assim que os fundos e o valor contabilístico do crédito permaneçam em perpetuidade no nível de contribuição dos fundos da subvenção.

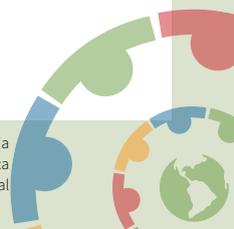
QUESTÕES PARA O DIÁLOGO E PARA A AÇÃO

- Quais são alguns dos benefícios e desafios potenciais da Cooperativa de Poupança e Crédito *Changemaker* em Northampton?
- Que diferença marcaria o facto de existir uma cooperativa de poupança e crédito na sua Universidade?
- Pesquise se há redes de cooperativas de poupança e crédito com as quais a Universidade poderia colaborar.
- Realize uma consulta para averiguar se os colaboradores e os estudantes estariam interessados em ter uma cooperativa de poupança e crédito e promover assim uma consciência sobre esta alternativa de serviços financeiros sem fins lucrativos.

SAIBA MAIS

<http://www.northamptonunion.com/creditunion/about/>

Autoria do Consórcio de Economia Social e Solidária de York St. John-Erasmus, através do material cedido pela Universidade de Northampton



CASO PRÁTICO

2.7 UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA (PORTO) E PROGRAMA SPINLOGIC

OBJETIVOS RACIONAIS

- Analisar o papel da Universidade Católica Portuguesa (Porto).
- Conhecer o modo de funcionamento e os elementos identitários da Incubadora de Empresas do Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa.
- Compreender o papel de uma universidade/incubadora na promoção de projetos de economia social.
- Refletir sobre o papel do empreendedorismo em projetos de economia social.
- Refletir sobre a intervenção de projetos de economia social junto de públicos vulneráveis.

OBJETIVO EXPERIENCIAL

- Reconhecer o processo de aquisição de competências e de aprendizagens no desenvolvimento de projetos de economia social

ENQUADRAMENTO



O Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa, constituído em 1978, é um dos quatro centros desta universidade criada em 1967 que, no total, tem cerca de 12000 alunos. Este Centro Regional iniciou-se com o curso de Direito, tendo atualmente uma oferta muito diversificada de formação organizada em 7 faculdades diferentes: a Escola das Artes, a Escola de Direito, a Escola Superior de Biotecnologia, a Faculdade de Economia e Gestão com uma *business school* (Catholica Porto Business School), a Faculdade de Educação e Psicologia, a Faculdade de Teologia, o Instituto de Bioética e o Instituto de Ciências da Saúde.

A Universidade Católica Portuguesa constitui uma comunidade académica que contribui para a defesa e o desenvolvimento da pessoa humana e do seu património cultural mediante a investigação, o ensino e os serviços prestados, é também uma presença no

mundo universitário português que se caracteriza por uma visão cristã do homem, dando um contributo específico ao conjunto dos conhecimentos.

A Universidade Católica Portuguesa foi instituída pela Igreja Católica ao abrigo da Concordata entre Portugal e a Santa Sé, sendo reconhecida pelo Estado português como instituição universitária livre, autónoma e de utilidade pública.

A UCP insere-se no conjunto da missão da Igreja, enquanto serviço específico à comunidade eclesial e humana, tendo por isso como principais objetivos de ação: o incremento da cultura como instrumento da realização integral do homem, inspirada nos valores cristãos; a promoção da investigação e do ensino superior, no domínio das ciências sagradas e no das ciências humanas e exatas, para enriquecimento mútuo das várias disciplinas, numa perspetiva de integração e de síntese do saber com a doutrina católica, promovendo continuamente o diálogo entre a fé e a razão; a formação dos que serão chamados a exercer serviços específicos na Igreja; a preparação de quadros para a sociedade; a criação de uma autêntica comunidade universitária alicerçada nos princípios da verdade e do respeito pela pessoa humana; a inserção na realidade portuguesa mediante o estudo dos seus problemas e a promoção dos valores culturais da comunidade nacional.

Na cidade do Porto a Universidade Católica Portuguesa divide-se em dois polos, o polo da Asprela e o campus da foz.

A Universidade Católica Portuguesa (Porto) coloca também à disposição dos seus alunos e docentes, um conjunto de serviços que tem como principal objetivo promover o bem estar enquanto membros da comunidade educativa, mas, acima de tudo, pretende-se que estes serviços sejam um complemento à componente de aprendizagem e conhecimento formal adquirido em cada uma das faculdades. Exemplo disso mesmo são: o Provedor do Estudante, a UDIP - Unidade para o Desenvolvimento Integral da Pessoa, a CASO – Católica Solidária (organização de voluntariado de alunos, docentes e outros colaboradores da UCP), um Serviço de Estudantes e Empregabilidade e uma incubadora de empresas.

No Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa é, também, de referir a existência da ATES – Área Transversal de Economia Social. Trata-se de uma estrutura **informal** de organização do trabalho **colaborativo** de docentes das várias unidades deste Centro Regional da Universidade Católica Portuguesa, diretamente dependente da sua presidência, que a instituiu em 2011 com a função de identificar, preparar e implementar projetos na área da economia social distribuídos por quatro domínios **interligados**:

- **Investigação;**
- **Formação** (disciplinas de licenciatura sobre economia social, um mestrado em economia social que vai na sua 7.ª edição, uma pós-graduação em gestão de organizações de economia social que vai na sua 4.ª edição, projetos de formação-ação

e de formação modular para as organizações de economia social);

- **Ação** (projetos de empreendedorismo social de base comunitária, incluindo o apoio à incubação de empresas sociais e de outras organizações de economia social);
- **Observação** (criação e desenvolvimento de bases de dados sobre a economia social).



No total, são cerca de **30 projetos** atualmente em curso neste quatro domínios, com ligações fortes entre eles de modo que o todo constitui um **“ecossistema empreendedor”** e funciona como uma **empresa social**:

- os projetos são angariados em resultado do comportamento proactivo dos membros da equipa da ATES, sendo que há projetos que são trazidos por outros e/ou que contribuem para o desenvolvimento doutros;
- esses projetos procuram contribuir para a resolução de problemas sociais;
- as margens positivas obtidas nalguns projetos são totalmente utilizadas para um fim social que tem sido o de proporcionar a frequência do Mestrado em Economia Social a candidatos com mérito para isso, mas sem possibilidades económicas de pagarem as respetivas propinas.

CONTEÚDO

Uma Universidade e uma incubadora

Para além da ATES, uma das atividades do Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa transversal às suas várias unidades de ensino é o apoio à incubação de empresas organizado, nos últimos anos, no âmbito de um programa designado *Spinlogic*. Esta área teve o seu início há mais de dez anos, a partir da Escola Superior de Biotecnologia para responder à questão de *“Como otimizar a promoção e a concretização de projetos*

empresariais de base tecnológica tirando partido do enorme potencial existente na Universidade Católica no Porto e na sua envolvente?”.

Posteriormente o âmbito desta atividade alargou-se a outras áreas com presença forte neste Centro Regional da Universidade Católica, mais precisamente, as das indústrias criativas (depois da criação da Escola das Artes), da economia social (depois da criação da ATES) e da Gestão. Assim sendo, atualmente o programa

Spinlogic está organizado em quatro domínios que interagem entre si, a saber:

- *BioSpin* para o empreendedorismo na área das bioindústrias (biotecnologia, alimentação, saúde, etc.);
- *ArtSpin* para o empreendedorismo na área das indústrias criativas;
- *SocialSpin* para o empreendedorismo social;
- *GesSpin* para o empreendedorismo na área da consultoria de apoio à gestão.

As duas áreas de atividade transversais deste Centro Regional da Universidade Católica (*Spinlogic* e ATES) intersectam-se e complementam-se no projeto *SocialSpin* de promoção do empreendedorismo social muito focado em ações de desenvolvimento de base comunitária.



O programa *Spinlogic* oferece um conjunto articulado de atividades direcionadas não só para comunidade interna deste Centro Regional da Universidade Católica, mas também para a comunidade envolvente, com propostas que incluem a dinamização de atividades curriculares e extracurriculares e a motivação e sensibilização para o empreendedorismo, a que se juntam atividades de pré-incubação e incubação de projetos empresariais e o apoio a diferentes processos de transferência de tecnologia.

A incubação de empresas é uma parte importante do programa *Spinlogic*, com uma experiência que tem mais de 10 anos de existência. Ao longo deste tempo foi possível desenvolver uma abordagem a este tipo de atividade que tem as seguintes cinco marcas distintivas:

Promoção de **sinergias entre projetos empresariais das várias áreas de atividade** que integram o *Spinlogic* (projetos de base tecnológica, projetos no domínio das indústrias criativas, projetos de empreendedorismo social e projetos de consultoria de apoio à gestão);

Promoção de **sinergias com o conjunto de atividades da Universidade e com a sua rede de parceiros** empresariais e outros

Uma grande ênfase posta no apoio ao **desenvolvimento de equipas** que reúnam competências diversificadas e complementares e doutras formas de trabalho colaborativo como base muito importante para a sustentabilidade dos projetos em incubação;

Uma grande ênfase posta no apoio ao desenvolvimento por cada equipa portadora de um projeto do respetivo **“business case”** de maneira a permitir que o projeto possa vir a ser sustentável

Uma preocupação de **responsabilidade social** que deve estar presente em todos os projetos qualquer que seja a área de atividade em que se desenvolvem.

Exemplos de projetos de economia social que estão a ser desenvolvidos com apoio do programa Spinlogic da Universidade Católica Portuguesa – Porto.

WelcomeHome – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL.



A *WelcomeHome* é uma Cooperativa de Solidariedade Social, CRL, fundada em Maio de 2014 que trabalha no apoio e empregabilidade da população em situação de sem-abrigo na cidade do Porto.

“Considera-se pessoa sem-abrigo aquela que, independentemente da nacionalidade, idade, sexo, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontra sem teto, vivendo no espaço público, alojado em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário ou sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito” (*Estratégia Nacional para a Integração da Pessoa Sem Abrigo 2009-2015, ISS, IP*).

No Porto o número de pessoas em situação de sem-abrigo é muito elevado. Estima-se que cerca de 1300 pessoas estejam nesta situação, por uma diversidade de causas (consumos de estupefacientes, desemprego, falta de retaguarda familiar, problemas mentais, entre outros).

A *WelcomeHome* tem como Missão promover o apoio, a formação e a empregabilidade de cidadãos em situação de sem abrigo; e como Visão ambiciona diversificar a oferta de auxílio a estas pessoas através da criação e desenvolvimento de projetos inspiradores, em parceria com a sociedade civil.

Tem como principal objetivo a criação de negócios sociais que, por um lado, possam gerar postos de trabalho para as pessoas em situação de sem-abrigo, promovendo assim a sua inserção profissional e inclusão social e, por outro lado, contribuam para a sustentabilidade da própria cooperativa.

O primeiro projeto a ser operacionalizado é a *WelcomeHome Tours* – Rota da Mudança - serviço de animação turística, no segmento de *touring* cultural e paisagístico, que está a ser prestado por cidadãos em situação de sem abrigo através do conhecimento e aprendizagem de conteúdos históricos sobre a cidade e que permite tirar partido da visão muito própria que estes possuem deste espaço urbano, sendo, por isso, reconhecido como um serviço inovador e diferenciador dos já existentes na cidade na área turística.

Além deste e doutros negócios sociais em preparação, a *Welcome Home*, em parceria com outras organizações, tem tido um papel muito ativo na formação de ex-sem abrigo para a empregabilidade, com resultados já consideráveis, nomeadamente em termos de pessoas formadas e empregadas e de desenvolvimento de um programa de formação adequado a este tipo de pessoas.

Esta atividade de formação da *Welcome Home* tem sido desenvolvida no âmbito da Plataforma + Emprego que é uma das várias plataformas em que está organizado Partenariado das Organizações de Apoio aos Sem-abrigo do Porto. A *Welcome Home* tem sido uma organização muito ativa no âmbito deste partenariado, com muito empenho não só na Plataforma +Emprego, mas também nas restantes, com destaque para a denominada “Vozes do Silêncio” que promove a autonomia das pessoas sem-abrigo através de várias formas de expressão artística.

InComunidade



A *InComunidade* é uma Cooperativa de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, criada em Março de 2012, na cidade do Porto, que ambiciona contribuir para a promoção da dignidade humana em todas as suas vertentes, garantindo, assim, o desenvolvimento de comunidades mais solidárias e inclusivas. Tem, por isso, na sua génese a aspiração de contribuir para a promoção dos direitos humanos - direitos civis e políticos, direitos económicos, sociais e culturais. Tem como missão intervir com projetos sociais, em cooperação e em rede, com e para as comunidades através de iniciativas empreendedoras que contribuam para uma cidadania ativa e participativa, apostando numa integração social fundada em princípios de igualdade de oportunidades, de interculturalidade e de defesa dos direitos humanos. Tem como visão ser uma organização de referência, reconhecida por contribuir para a promoção da dignidade humana em todas as suas vertentes, garantindo, assim, o desenvolvimento de comunidades mais solidárias e mais inclusivas.

Nos projetos que tem em curso destacam-se iniciativas nos domínios do turismo solidário, apoio aos estudantes do PALOPS, formação no domínio da defesa dos direitos humanos, combate ao tráfico de seres humanos e empreendedorismo social de base comunitária.

Ipsum Home



A Associação *Ipsum Home* é uma organização social sem fins lucrativos que tem por objeto transmitir e divulgar às famílias e outras organizações um conjunto de boas práticas que promovam uma

gestão equilibrada e responsável dos seus recursos financeiros.

O seu modo de atuação é pautado pelo contacto com organizações, instituições e escolas, dinamizando formações que permitem cumprir a sua missão. Complementarmente esta associação também presta serviços de aconselhamento financeiro a pessoas carenciadas num trabalho de base comunitária no terreno, em parceria com entidades autárquicas.

CONCLUSÕES

Do que ficou dito, pode concluir-se que no apoio à incubação de empresas sociais e outras organizações de economia social no Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa tem vindo a ser feito um grande esforço no sentido de que esta atividade não seja tratada de forma isolada, mas antes como parte de um “ecossistema de empreendedorismo social de base comunitária” onde há **sinergias** entre as seguintes componentes:

- a **formação superior** na economia e gestão de organizações de economia social;
- a **formação-ação** de colaboradores e dirigentes de organizações de economia social;

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO E AÇÃO

- A incubação de empresas sociais e outras organizações de economia social beneficia se for desenvolvida em incubadoras de natureza multissetorial? Justifique.
- A incubação de empresas sociais e outras organizações de economia social beneficia se for desenvolvida como parte de um esforço mais abrangente de construção de um ecossistema empreendedor que inclua também a formação superior, a formação-ação, a investigação e a

SAIBA MAIS

- Welcome Home – <http://WelcomeHome.pt/>
- InComunidade – <http://incomunidade.org/>
- Ipsum Home - <http://ipsumhome.pt/>

O seu público-alvo é maioritariamente constituído por desempregados, famílias carenciadas, indivíduos com baixa literacia financeira, estudantes e pequenas e médias empresas.

A *Ipsum Home* tem ainda disponível o Programa NanoEmpreendedor dirigido a jovens entre os 14 e os 19 anos, para apoio ao desenvolvimento das suas capacidades empreendedoras através da concessão de pequenos empréstimos e mentoria dos projetos que os jovens desenvolverem com esse apoio.

- a produção de **dados** e a **investigação** sobre a economia social em Portugal e noutras partes do mundo;
- a participação ativa **no terreno** (na região, no resto do país e nos PALOP), em parceria com outras organizações, em iniciativas de **empreendedorismo social de base comunitária**;
- **sinergias com as outras áreas** de atividade da Universidade e com a sua rede de parceiros, nomeadamente nas áreas das bioindústrias, saúde, educação e psicologia e indústrias criativas.

A criação de uma estrutura de natureza **transversal** para esta área, como é o caso da ATES, tem sido um instrumento importante para dar corpo a esta estratégia.

participação em projetos no terreno, em parceria com outras organizações? Justifique.

- Estes projetos no terreno e as organizações sociais incubadas beneficiam se tiverem uma base comunitária para o seu desenvolvimento no sentido de ser a comunidade envolvente a origem das necessidades a que procuram responder e de haver um esforço para que essa comunidade participe ativamente no desenvolvimento desses projetos com as suas ideias e com os recursos que tiver disponíveis para isso? Justifique.

Autoria de Andreia Valente e do Professor Américo Mendes, da Área Transversal de Economia Social da Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional do Porto.

CASO PRÁTICO

2.8 UNIVERSIDADES E ECOSISTEMAS – INTERAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS ECONÓMICOS: PRIVADO, PÚBLICO E SOCIAL

Quão empreendedora é a sua universidade?

Comissão Europeia e Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE)

OBJETIVOS RACIONAIS

- Tener acceso a estudios de casos que el consorcio Comisión Europea y OCDE han seleccionado y que los presentan a través del vínculo que se ofrece en este caso práctico.
- Dar a conhecer uma ferramenta **online** para avaliar a cultura empreendedora das universidades.
- Identificar através da ferramenta **online** os pontos fortes e fracos das universidades relativamente aos esforços envidados por estas para se tornarem instituições educativas empreendedoras.
- Facilitar o acesso a estudos seleccionados pela Comissão Europeia e pela OCDE, através da divulgação da página web apresentada neste caso práctico.

OBJETIVOS EXPERIENCIAIS

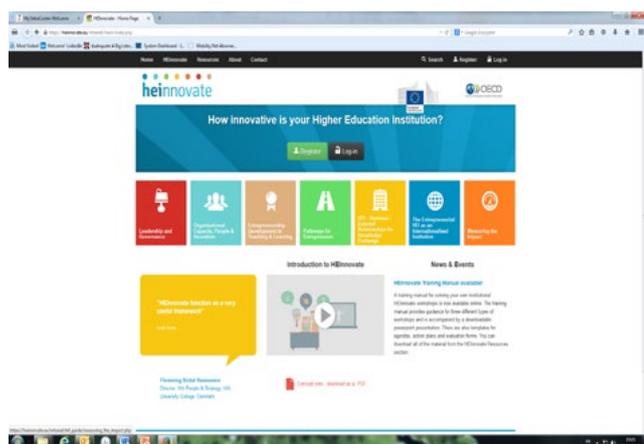
- Valorizar o esforço da Comissão Europeia e da OCDE para promover uma cultura empreendedora dentro das instituições de ensino superior.
- Consciencializar-se de que a mudança organizacional para uma cultura empreendedora requer interação contínua dos três sistemas económicos: privado, público e social.

ENQUADRAMENTO

- Na conferência “O papel das universidades no desenvolvimento da economia social e solidária através da colaboração multissetorial», realizada entre 1 e 3 setembro de 2015, organizada pela universidade de York St. John e pelo Consórcio York St. John no final dos três anos do projeto Erasmus intitulado “Promover os estudos e as práticas da economia social e solidária no ensino superior”, Juliet Edwards esteve presente como responsável pelas Políticas dentro de Ensino Superior na Direção Geral de Educação e Cultura da Comissão Europeia.
- Na sua intervenção destacou o papel da universidade para alcançar dois objetivos estratégicos da Comissão: o emprego e o crescimento. O compromisso da universidade é latente no primeiro objetivo, na medida em que é responsável pelo desenvolvimento profissional dos jovens com espírito empreendedor. Juliet ressaltou a importância do trabalho multissetorial para oferecer aos alunos um curriculum que integre a prática nas empresas, bem como o compromisso da Comissão Europeia para oferecer programas de intercâmbio de alunos e professores em diferentes partes da Europa, facilitando a mobilidade social e profissional necessária para uma visão de uma Europa coesa e competitiva para o mercado.
- Enfatizou também a importância das organizações da ESS na persecução dos objetivos da Comissão numa tripla dimensão: sociais, económicos e ambientais. Daí o interesse em conhecer mais aprofundadamente o potencial e as limitações deste modelo e deste sistema económico.
- Juliet Edwards apresentou, ainda, uma ferramenta **online** que a Direção Geral da Educação e Cultura da Comissão Europeia criou em conjunto com o Programa de Desenvolvimento do Emprego e da Economia Local (LEED, segundo a sigla em Inglês) da OCDE. A finalidade e utilidade da ferramenta é apoiar as instituições de ensino superior interessadas em realizar mudanças organizacionais e levar a cabo transformações para implementar uma cultura empreendedora dentro das mesmas.



CONTEÚDO



A ferramenta apresenta sete áreas chave nas quais o elemento inovador e empreendedor devem estar presentes. Cada área tem uma escala de valoração, para se poder avaliar quão empreendedora é a instituição de ensino superior:

- Liderança e Governança
- Capacidade organizacional, pessoas e incentivos
- Desenvolvimento empreendedor no ensino e aprendizagem
- Caminhos para os empreendedores
- Universidades-Negócios, Relações Externas e troca de conhecimentos
- A universidade empreendedora como uma instituição internacional
- Medição de impacto

As principais características desta ferramenta são:

- Cada uma das áreas é formada por um grupo de afirmações aos quais é atribuído um valor de acordo com a importância que tenham dentro da própria instituição.
- Podem-se escolher as áreas a analisar e avaliar.
- A ferramenta tem uma função prática, isto é, os administradores da página podem gerar um grupo de inquiridos e comparar os resultados entre departamentos e/ou faculdades.
- A ferramenta permite total privacidade e autonomia para a universidade que a utiliza.
- A ferramenta não se destina a estabelecer padrões, a posicionar as universidades nem fazer comparações entre as mesmas.
- A ferramenta é de utilização livre e gratuita para todas as instituições de ensino superior.
- Não pressupões o pagamento de nenhuma taxa de inscrição ou quaisquer outros custos.

QUESTÕES PARA O DIÁLOGO E PARA A AÇÃO

- Explore a ferramenta obtendo as autorizações necessárias para analisar o que a sua universidade oferece.
- O que determina que esta ferramenta possa ser utilizada pelas faculdades e departamentos na sua universidade?
- Que protocolos de aplicação acha que devem ser conseguidos antes, durante e após a aplicação da ferramenta dentro das faculdades e/ou departamentos?
- Como poderia a sua escola contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento desta ferramenta?

- Desenvolva um plano estratégico e de implementação da ferramenta HEinnovate, a curto, médio e longo prazo com os colaboradores do seu departamento e/ou faculdade.
- Para compartilhar os resultados da avaliação da sua universidade para apoiar o progresso e avanços necessários com outras universidades, entre em contato conosco, através do seguinte correio eletrônico: socialeconomy@yorks.ac.uk.

SAIBA MAIS

Para aceder o programa: www.heinnovate.eu

